



Declaração da Galiza CALRE 2014

Santiago de Compostela, 8 de novembro de 2014

Introdução:

A CALRE foi fundada a 7 de outubro de 1997, em Oviedo, com o objetivo de dotar as assembleias regionais de um papel mais influente no procedimento legislativo europeu.

Como elementos chave para o seu desenvolvimento, a CALRE teve em conta as relações entre o Parlamento Europeu e as assembleias regionais, o papel das assembleias regionais nas políticas europeias e o princípio da subsidiariedade.

O Parlamento Europeu desempenha um papel representativo no procedimento legislativo europeu, como co-legislador juntamente com o Conselho da União Europeia, tendo em conta as políticas europeias que interferem, cada vez mais, no âmbito das competências das assembleias regionais.

O princípio da subsidiariedade, especificado no Artigo 5.º do Tratado da União Europeia, constitui o princípio base da defesa de uma governação de proximidade dentro da União Europeia e é responsável por garantir que as decisões tomadas na Europa são realizadas da forma mais eficiente possível e mais próxima dos cidadãos, tendo em atenção as suas verdadeiras necessidades, adaptadas às especificidades do seu território.

Primeiro – A Legitimidade da Construção Europeia

A CALRE, organização das assembleias legislativas regionais da Europa, está dotada de legitimidade democrática pois representa diretamente os seus cidadãos, ao nível europeu.

Mais especificamente, a CALRE pretende ir mais além no atual processo de integração europeu, a fim de dotá-lo de uma maior legitimidade democrática.

A crise económica que tem afetado a União Europeia durante os últimos anos deu origem a determinadas dúvidas sobre a sua legitimidade democrática, refletindo-se em índices de participação mais baixos nas eleições Europeias. A falta de confiança que a Europa sofreu por parte dos cidadãos europeus constitui a indiscutível necessidade de incluir as assembleias regionais no processo de recuperação da sua legitimidade, uma vez que estas integram o sistema parlamentar europeu e uma das suas várias funções é aproximar os cidadãos à Europa

e a Europa aos cidadãos, como aliados incondicionais para a construção de uma consciência europeia.

As decisões de reforço da legitimidade democrática devem partir da procura das ideias básicas de consenso entre todas as entidades Europeias, firmando um projeto integrante comum, no qual as instituições europeias colaborem juntamente com os cidadãos.

Na perspetiva das nossas regiões, as assembleias regionais detentoras de poder legislativo constituem peças chave, quer na promoção de uma boa governação, quer no envolvimento dos cidadãos no processo democrático, visando a melhoria da democracia local e regional e a defesa dos Direitos Humanos.

É nossa responsabilidade atuar no desenvolvimento de uma boa governação, bem como num quadro legislativo de maior qualidade que beneficie os cidadãos Europeus e proteja os seus direitos.

Segundo – Os Desafios concretos dos Parlamentos Regionais no novo mandato da União Europeia

1.º Aspetos Gerais.

A CALRE mostra-se sensibilizada com as dificuldades geopolíticas atuais e faz um apelo à negociação e implementação de mecanismos de direito internacional para a resolução de conflitos, dentro e fora do continente europeu.

A nossa organização foi e continua sensibilizada em relação aos desafios globais que afetam a comunidade internacional e pretende ser ouvida através dos canais institucionais existentes sobre os diversos problemas atuais, nomeadamente o desenvolvimento sustentável na União Europeia, que permita a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. Com este propósito, a União Europeia estabeleceu, estrategicamente, o desenvolvimento sustentável como uma prioridade numa ampla gama de políticas. Particularmente, a União Europeia assumiu o papel de liderança na luta contra as alterações climáticas bem como na promoção de uma economia baixa em emissões de carbono.

Por outro lado, os grandes conflitos que surgiram no seio da União Europeia, consequência da tensão financeira resultante da crise dos últimos anos, levaram a CALRE a transmitir o seu apoio, de forma ativa, à política dos Estados-membros no combate à corrupção e à promoção da transparência institucional. Com este intuito, a CALRE promoveu e encoraja o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao serviço da e-democracia de forma a assegurar uma governação eficiente e transparente ao serviço dos cidadãos.

A CALRE acredita que as assembleias regionais detentoras de poder legislativo devem participar quer *ex ante* quer *ex poste* nos estudos de estabilidade orçamental das medidas económicas a serem tomadas, na perspetiva da avaliação do impacto social e territorial, e não somente macroeconómico, das decisões estruturais adotadas pelas instituições da União Europeia. Mais particularmente, há que destacar a necessidade de prover as autoridades locais e regionais de um papel concreto, quer no procedimento semestral europeu, quer no seguimento da Estratégia Europa 2020, dada a necessidade de coordenação e implementação de diversas ações a todos os níveis de governo.

Há que ter em conta as assembleias regionais com poderes legislativos como uma garantia democrática. Como órgãos diretamente eleitos, representam, perante todo o poder público, o fortalecimento dos direitos fundamentais e a consolidação da cultura democrática. Como representantes diretos e imediatos dos cidadãos, as câmaras regionais surgem como interlocutores privilegiados na garantia de que o desenvolvimento da legislação europeia é respeitadora dos princípios dos direitos da União Europeia, mais concretamente o direito à não discriminação como também outros mais recentes que afetam os desafios decorrentes do tratamento de dados pessoais, e, por último, o crime transfronteiriço e o terrorismo.

Os trabalhos efetuados pela CALRE demonstram, igualmente, que as regiões europeias e as suas assembleias constituem pontos de referência para a política de imigração na União Europeia. Apesar de, a nível europeu, a política de imigração ser competência do Estado, é uma matéria que afeta diretamente a ação governativa regional e local, particularmente nas áreas da inclusão social e da proteção dos direitos fundamentais daqueles que habitam esse espaço comum de Direitos e Liberdades, que sempre foi a Europa. Assim, as assembleias regionais devem ser ouvidas para o desenvolvimento de uma política comum de imigração bem como para a implementação de um pacote legislativo de fronteiras inteligentes, para o controlo fronteiriço, que está sendo elaborado pela União Europeia.

2.º Os desafios decisivos e estratégicos para o futuro da União Europeia: a políticas de apoio ao crescimento, à juventude e ao emprego, à igualdade de oportunidades e à igualdade de géneros.

A CALRE acredita que o desafio mais importante para a UE no futuro próximo é a capacidade para gerar crescimento, emprego e coesão.

A CALRE demonstra a sua preocupação sobre a situação crítica que afeta atualmente a Europa. Com mais de 26 milhões de desempregados e um quarto da população em risco de pobreza e exclusão social, a União Europeia deve implementar políticas e utilizar instrumentos que permitam restabelecer níveis aceitáveis de crescimento. Neste sentido, é necessário que os parlamentos regionais participem no desenvolvimento e na definição das políticas de coesão, crescimento e desenvolvimento, focando-se no emprego, nomeadamente para as gerações mais jovens.

A CALRE espera o reforço destas medidas, que conduzam a um desenvolvimento positivo e à recuperação da economia europeia e que assegurem uma redução das desigualdades que persistem nos países da União Europeia. Além disso, a CALRE incita o uso eficaz dos fundos Europeus durante o período 2014-2020.

A CALRE demonstra a sua preocupação referente à situação vivida na atualidade pelos jovens da Europa e sublinha a necessidade de melhorar as suas competências educativas e formação profissional. A iniciativa de apoio ao emprego jovem e a adoção de uma Garantia para os jovens deve possibilitar-lhes, na Europa, o acesso a empregos de qualidade, educação e formação contínua para lutar contra o desemprego e melhorar a transição da escola ao trabalho. Os parlamentos regionais devem envolver-se na planificação e no controlo destas políticas da U.E.

As assembleias da CALRE defendem a implementação da Estratégia Europeia 2010/2015 para a igualdade entre homens e mulheres. Acreditam nas prioridades definidas na Carta da Mulher, com a convicção de que a ação externa da União Europeia nesta matéria possibilitará o desenvolvimento de sociedades inclusivas e democráticas. Tais prioridades estão dependentes de:

- a) **Independência económica**, que deverá ser conquistada através do combate à discriminação, aos estereótipos em matéria de educação, à segregação do mercado laboral, à empregabilidade precária, ao trabalho a tempo parcial involuntário e à distribuição desigual das responsabilidades familiares entre homens e mulheres.
- b) **Salário idêntico para homens e mulheres.**
- c) **Representação da mulher nas tomadas de decisão e nas posições de liderança**, áreas em que as mulheres continuam pouco representadas relativamente aos homens, quer no setor público, quer no setor privado.
- d) Respeito pela **dignidade e integridade da mulher e a erradicação da violência de género**, incluindo costumes e tradições humilhantes para a mulher, que violam os direitos humanos.

Os parlamentos regionais desejam e devem participar na fase da planificação e desenvolvimento das prioridades políticas relevantes, acima indicadas, e estão dispostos a trabalhar em sinergia no controlo e avaliação dessas prioridades.

Terceiro – A Dinâmica Institucional na Construção Europeia. Os parlamentos regionais na União Europeia.

A Comissão Europeia reconhece a importância da sua relação com os parlamentos regionais, como forma de aproximar a União dos seus cidadãos. Este é um objetivo muito louvável, no entanto, para uma execução adequada do princípio da subsidiariedade – garantia de uma implementação eficiente das iniciativas legislativas europeias no seu território – torna-se necessário ter em conta os parlamentos regionais com poderes legislativos, para que os objetivos traçados sejam efetivamente alcançados.

Neste contexto, há que garantir que as assembleias regionais com poder legislativo possam colaborar, a nível europeu, no reforço da análise e controlo do Princípio da Subsidiariedade pelas instituições da U.E., bem como na procura de possibilidades para um envolvimento melhor e mais eficaz noutros processos, a nível Europeu. Como garantia do respeito deste princípio, a CALRE deve manter uma relação próxima com estas instituições, o que lhe permitirá defender a ideia de Europa, escutar as entidades sub-estatais no processo legislativo da União Europeia, e dotá-la de uma maior legitimidade democrática. Para esse fim, a CALRE recebe com agrado as propostas vindas das presidências das 29 Comissões dos Assuntos Europeus para que, em conjunto com a Comissão Europeia, procedam à criação de um grupo de trabalho com vista ao desenvolvimento de um plano comum de ação e requer das assembleias regionais detentoras de poder legislativo o envolvimento apropriado ao longo de todo o processo.

O trabalho executado pela CALRE e pelos seus membros promove, a nível europeu, a cooperação entre os vários parlamentos regionais, a uma escala supranacional, favorecendo a troca de informação e de boas práticas. O trabalho em rede permite, também, a sua representatividade, a nível europeu, proporcionando-lhes uma maior presença nas instituições europeias, sobretudo no Comité das Regiões, órgão representativo das autoridades locais e regionais da União Europeia, visando, desta forma, uma maior participação por parte dos cidadãos europeus e o reforço da qualidade democrática no projeto de construção europeia.

A administração a múltiplos níveis exige que as instituições europeias, os Estados-membros e as instituições regionais e locais cooperem, de forma institucionalizada e funcional, no desenvolvimento e implementação das políticas da União Europeia.

As assembleias regionais e a CALRE surgem, uma vez mais, como as entidades políticas mais próximas dos cidadãos e, por isso, mais eficazes na procura de soluções políticas que vão de encontro às verdadeiras necessidades dos cidadãos. Por esta razão, a CALRE proporciona aos cidadãos, através dos parlamentos regionais, informação mais detalhada sobre as políticas europeias de forma a envolvê-los, ainda mais, no processo legislativo europeu.

O objetivo principal é alcançar uma maior eficiência legislativa através do respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Para tal, será necessário o desenvolvimento de modelos inovadores baseados numa cooperação eficiente entre todos os níveis de governo, desde os níveis superiores aos mais baixos (abordagem “de cima para baixo”), de forma democrática e transparente.

Reconhecida pela Comissão Europeia no início de mandato, em 2014, a hierarquização das prioridades políticas como fundamento para uma melhor União, de objetivos claramente traçados, só resultará da associação entre as instituições europeias e os Estados-membros. Aqui, o papel da CALRE mostra-se fulcral, uma vez mais, dado que os Estados-membros europeus que possuem assembleias regionais com poder legislativo consideram-nas peças essenciais na fixação da sua agenda política e, conseqüentemente, agentes imprescindíveis no desenvolvimento do projeto europeu.

Neste sentido, a CALRE terá que melhorar as várias experiências, ao nível Europeu, na relação entre os parlamentos nacionais e as assembleias legislativas europeias durante a participação no desenvolvimento das políticas da U.E., de maneira a que se convertam numa plataforma comum e partilhem essas práticas que são úteis para a manutenção da atividade dos vários parlamentos regionais dotados de diferentes poderes institucionais, mas de igual importância.

Assim sendo, a CALRE terá que fortalecer e fomentar o diálogo político com o Parlamento Europeu, melhorar a predisposição da Comissão Europeia para escutar, e envolver-se na fase pré-legislativa Europeia. Além disso, a CALRE terá de intensificar a sua cooperação com o Comité das Regiões pois, juntos e com um diálogo direto com as instituições europeias, podem conduzir a posições fortes, credíveis e eficazes, que apoiem uma política regional europeia eficiente.

Quarto - As Estratégias Europeias e o futuro da Europa

Neste ano de 2014, particularmente, assistiu-se à aprovação do quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período de 2014-2020, que define as prioridades que visam o desenvolvimento sustentável, o emprego e a competitividade, em conjunto com a estratégia de crescimento europeia “Europa 2020”.

Para reforçar as perspetivas de crescimento e de emprego, a CALRE considera que a revisão intermédia da Estratégia Europa 2020 terá que constituir uma oportunidade que não deve perder-se para refletir sobre a governação atual e proceder-se à correção dos seus defeitos de previsão e metas, visando, assim, o reforço do potencial da política de coesão, o que aumenta e estende as vantagens da construção europeia e, como consequência, a sua sustentabilidade aos níveis político e financeiro para todos os Estados-Membros, sem distinção.

Tratando-se de um programa financeiro no qual, a cada sete anos, a União Europeia estabelece a sua política em matéria económica, a CALRE está ciente do seu papel em relação à avaliação intermédia do quadro financeiro plurianual, previsto para o final do ano de 2016. Respeitando os marcos da estabilidade e crescimento, as regiões europeias procuram fazer os ajustes necessários ao documento em causa, para que a sua aplicação seja adaptada às verdadeiras necessidades dos cidadãos das diferentes regiões da União Europeia.

Para além do mais, a avaliação intermédia do projeto “Europa 2020” destaca a importância da administração multinível. Como principal estratégia para o crescimento da União Europeia, dos próximos 10 anos, o projeto “Europa 2020” visa especialmente a transformação da União Europeia numa comunidade mais atenta, integrante e sustentável. Tal avaliação falha pela falta de uma estratégia de dimensão territorial que iria permitir o alcance dos objetivos previamente fixados. Concluindo, é necessária a implementação e coordenação de diversas ações, a todos os níveis de governo, incluindo as autoridades locais e regionais, de forma a obter uma estratégia de sucesso e o desenvolvimento de uma governação eficaz na Europa.

Quinto – O Impulso da CALRE

O futuro papel da CALRE deve manter-se fiel a linhas específicas de trabalho. Por um lado, reforçar o seu envolvimento no supervisionamento do Princípio da Subsidiariedade fundamentado no reconhecimento da importância das assembleias regionais detentoras de poder legislativo, e o seu crescente empenhamento nos trabalhos do Comité das Regiões, como instituição representante das autoridades locais e regionais da Europa. Esta exigência está igualmente patente no 6.º Relatório sobre Coesão Territorial, Social e Económica da Comissão Europeia.

Como associação de assembleias regionais que é, a CALRE não pode, em nenhum momento, esquecer o papel essencial que detém no fortalecimento democrático do projeto de construção europeia.

A União Europeia descreve a democracia como um processo contínuo, “desenvolvido interiormente, afetando todos os setores da sociedade e um determinado conjunto de instituições responsáveis por garantir a participação, a representação, a capacidade de resposta e a atribuição de responsabilidades. Apesar de se mostrar urgente e difícil nas democracias emergentes, a tarefa de construir uma cultura de direitos humanos e de fazer a democracia funcionar em pleno para os seus cidadãos torna-se um desafio permanente, primeiramente e sobretudo para os cidadãos do país em questão.

Neste sentido, a CALRE solicita o reforço das suas relações com o Parlamento Europeu, que, na atualidade, tem desempenhado um importante papel como defensor da consolidação do sistema parlamentar em todo o mundo. A CALRE solicita, igualmente, o fortalecimento da colaboração com os parlamentos nacionais, através, também, do diálogo com a COSAC, a Conferência das Comissões dos Assuntos Europeus Nacionais da UE. A CALRE crê fortemente que a troca de informação e de boas práticas entre as assembleias aos diferentes níveis – europeu, nacional e regional – favorecem e fortalecem as suas funções, no seu próprio país, e a difusão dos valores democráticos, em todo o mundo.

A experiência da CALRE enquanto fórum para o reforço e conhecimento mútuo e para a troca de boas práticas serviu para a integração das tradições dos diferentes parlamentos em respeito das diferenças culturais e histórias nacionais.

A CALRE deseja, a uma maior escala, usar da sua cooperação e força de forma a afetar matérias de grande importância para as Assembleias Legislativas Regionais Europeias e apoiarem-se mutuamente.

Sexto – O Caminho de Santiago na Construção da Europa

O Caminho de Santiago, Primeiro Itinerário Cultural Europeu, surge como um dos maiores tesouros comum a todos os europeus. Património moral e cultural quer da Europa Ocidental quer da Humanidade, esta rota milenária tem sido ponto de visita de milhões de pessoas, desde a Idade Média, até à atualidade. Os primeiros peregrinos a atravessar o Caminho de Santiago não tinham a noção de que a troca de linguagem, música, arte, notícias e ideias, quer entre si quer com o povo aborígene do Caminho de Santiago viriam a constituir a base da entidade Europeia, cuja primeira amostra foi baseada no conceito comum de arte que, ainda hoje, é bem visível nas muitas igrejas e Catedrais espalhadas por toda a Europa. No século X, a peregrinação a Compostela tornou-se um facto consolidado no mundo Cristão, facto este que, cumprido durante vários séculos, atinge agora um novo esplendor, que transcende o seu significado meramente religioso.

O caminho para o diálogo, harmonia e conhecimento mútuo que compõem a base do Caminho dos peregrinos, constituem a essência do intercâmbio parlamentar e da permanente negociação que o processo de construção da União Europeia pressupõe.